



TERMO DE DOAÇÃO Nº 020/CEGÁS/2023
PROCESSO SCDOC Nº 10015/2023

**TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO
CEARÁ - CEGÁS, E MERCURIO – GESTÃO,
PRODUÇÃO E AÇÕES COLABORATIVAS,
PARA OS FINS NELE INDICADOS.**

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **Outorgante Doadora**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo** e a **Diretor Presidente Miguel Antonio Cedraz Nery**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a empresa **MERCURIO – GESTÃO, PRODUÇÃO E AÇÕES COLABORATIVAS**, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, Rua Juvenal Galeno, 710, Bairro Benfica, CEP: 60.015-340, inscrito no CNPJ sob nº 30.449.553/0001-97, doravante denominado **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**, neste ato representado por sua Diretora Presidente, **Nádia Maria Ferreira de Sousa**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza, celebram o presente **Termo de Doação**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

1.1 O presente Termo tem como fundamento no Art. 27, §3º da Lei Federal nº 13.303/2016 e a Lei Estadual nº 18.012/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente **Termo de Doação** tem por objeto a doação de recursos a favor da entidade beneficiária **MERCURIO – GESTÃO, PRODUÇÃO E AÇÕES COLABORATIVAS**, conforme especificações constantes no processo administrativo, no Edital do Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, bem como a Descrição do Projeto **"BARULHINHO DELAS – 5ª EDIÇÃO"** e Plano de Comunicação Proposto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Para a execução do objeto deste Termo, serão destinados pela CEGÁS à empresa **MERCURIO – GESTÃO, PRODUÇÃO E AÇÕES COLABORATIVAS**, recursos no valor de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) a serem desembolsados, após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado – DOE

3.2. A destinação financeira objeto deste Termo será efetuada por meio de depósito na conta nº **25866166-6 - Agência 0001 – Banco C6 S.A.** – de titularidade da **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**.

3.3 O desembolso será feito obedecendo ainda às seguintes condições:

- a) Apresentação da certidão negativa de débitos relativos a tributos federais, estaduais, municipais, trabalhistas, certidão de regularidade junto ao FGTS do(a) **ENTIDADE BENEFICIÁRIA**, bem como com a situação regular junto ao SERASA;
- b) Assinatura do presente termo por ambas as partes;

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste Termo será de até **14 (quatorze)** meses contados a partir da data da celebração deste instrumento.

DS
UPSA MACN

DS
RL Soy



4.2. O prazo de execução do presente termo é de **12 (doze)** meses contado após publicação no DOE o extrato deste instrumento contratual, prazo este em que o objeto a ser executado deverá ser realizado.

4.3. O termo poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 e 72 da Lei Federal nº 13.303/2016 e do art. 173 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ATRIBUIÇÕES

5.1. COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS:

a) adotar as providências internas necessárias à viabilização da destinação dos recursos, na forma prevista, à ENTIDADE BENEFICIÁRIA.

5.2. ENTIDADE BENEFICIÁRIA MERCURIO – GESTÃO, PRODUÇÃO E AÇÕES COLABORATIVAS:

a) após o recebimento dos recursos repassados pela CEGÁS, executar de forma plena e fiel o projeto do Projeto “**BARULHINHO DELAS – 5ª EDIÇÃO**”, selecionado pelo Edital Programa CEGÁS de Responsabilidade Social, conforme condições propostas no projeto;

b) apresentar à CEGÁS informações semestrais e relatórios de execução, com fotos e/ou vídeos, detalhando as ações e itens realizados;

c) obter autorização de uso de imagem dos participantes dos projetos contemplados, a ser enviada à CEGÁS juntamente com os relatórios semestrais.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por agente público da CEGÁS especialmente designados, quando da aprovação da assinatura do contrato.

6.2. O gestor e o fiscal do contrato, com a indicação da função exercida, serão nomeados pela Diretoria Executiva da CEGÁS, por meio de Ata de Reunião, nos termos do § 1º do art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILCS da CEGÁS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

7.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA (executora) do projeto declara que não se encontram em situação de mora ou inadimplência perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta. Declaram também que não existe sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos das entidades ou de seus dirigentes, que importem em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho adolescente (salvo na condição de aprendiz), trabalho escravo (ou análogo), assédio moral ou sexual, proveito criminoso da prostituição, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Entidade BENEFICIÁRIA (ou seus dirigentes), observado o devido processo legal.

CLÁUSULA OITAVA - PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

8.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CEGÁS e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas

obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CEGÁS, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CEGÁS. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA não deverá repassar ou disponibilizar os dados pessoais passados pela CONTRATANTE para qualquer terceiro sem a sua prévia e expressa anuência.

d) Caso necessários, auxiliar a CEGÁS na elaboração de avaliações e relatórios de impacto à proteção aos dados pessoais e demais registros, documentos e solicitações requeridos por Lei. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá cooperar com a CONTRATANTE e tomar todas as medidas cabíveis para auxiliar o CONTRATANTE e as autoridades competentes a investigar, mitigar e remediar o incidente ocorrido. Cada parte deve manter todas as informações deste Contrato sob sigilo e não deve compartilhar e disponibilizar tais informações com terceiros sem a prévia autorização expressa da outra parte.

e) Conforme previsão legal, fornecer informações, documentos, certificações e relatórios relacionados ao Tratamento, conforme diretrizes do Controlador dos dados.

f) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros Contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CEGÁS assinaram Acordo de Confidencialidade com a ENTIDADE BENEFICIÁRIA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CEGÁS. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

g) Garantir que o titular dos dados pessoais possa revogar o consentimento para tratamento de seus dados pessoais, a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020. Mas, o Titular deve ficar ciente de que a Controladora poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

i) Para cumprimento de obrigações decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;

ii) Para procedimentos de admissão e execução do contrato de trabalho, inclusive após seu término;

iii) Para cumprimento, pela Controladora, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;

iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;

v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a



proteção dos dados pessoais. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CEGÁS, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

8.2. Caso a ENTIDADE BENEFICIÁRIA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CEGÁS para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

8.3. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá notificar a CEGÁS em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da ENTIDADE BENEFICIÁRIA.

8.4. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CEGÁS e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA NONA - DA ÉTICA E INTEGRIDADE / CONFORMIDADE

9.1. A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), comprometendo-se em não praticar quaisquer atos lesivos à CEGÁS, estando ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 e outras normas de licitações e contratos aplicáveis à CEGÁS.

9.2 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA deverá pautar sua atuação nos princípios éticos e compromissos definidos no "CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE" da CEGÁS, disponível para download no sítio eletrônico da CEGÁS. Dessa forma, não caberá a ENTIDADE BENEFICIÁRIA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei nº 12.846/2013.

9.3 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA, sem excluir o dever da CEGÁS, está obrigado a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

9.4 A ENTIDADE BENEFICIÁRIA se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na CEGÁS, dentre os quais:

- a. <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/ouvidoria>;
- b. ouvidoria@cegas.com.br;
- c. Telefone ouvidoria: (85) 3266.6924;
- d. comissao.etica@cegas.com.br;
- e. cae@cegas.com.br;

CLÁUSULA DÉCIMA - ANTICORRUPÇÃO

10.1 Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as Partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido no Código de Conduta e Integridade da CEGÁS,

disponibilizado no sítio eletrônico desta Companhia, assim como com o estabelecido na Lei Nº 12.846, de 01/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

10.2 As Partes declaram, na data de entrada em vigência deste Contrato, que as mesmas, seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem de qualquer tipo (ou que tenha ficado implícito que irão ou poderão fazer qualquer coisa desta natureza a qualquer momento no futuro) de alguma forma relacionada ao Contrato e que tomaram as medidas razoáveis para prevenir subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeito ao seu controle ou à sua influência de fazê-lo.

10.3. As Partes concordam que, em todos os momentos relacionados com este Contrato, ao longo de sua vigência e após, nenhuma das Partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante ajam da mesma forma.

10.4. As Partes declaram que vedarão as práticas seguintes a qualquer momento e de todas as formas, em relação a prepostos, colaboradores, subcontratadas, agentes ou terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência, funcionários públicos a nível internacional, nacional ou local, partidos políticos, partidos oficiais ou candidatos a cargos políticos, diretores, executivos ou empregados de partidos, quer estas práticas sejam envolvidas direta ou indiretamente, inclusive através de terceiros:

a) Suborno: é o ato de oferecer, prometer, dar, autorizar ou aceitar qualquer valor indevido ou outras vantagens, por ou para qualquer das pessoas acima listadas ou para qualquer outra pessoa a fim de obter ou reter o negócio ou outras vantagens impróprias, em conexão com contratos públicos ou privados, licenças regulatórias, tributação, taxas alfandegárias, procedimentos judiciais e legislativos.

A prática de suborno não se limita ao descrito, mas frequentemente inclui:

- i) repasse de parte do pagamento do contrato a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais ou aos empregados da outra Parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios, ou,
- ii) O uso de intermediários como agentes, subcontratadas, consultores ou outros terceiros, para canalizar o pagamento a agentes públicos, acionistas ou a partidos oficiais, ou aos empregados da outra parte contratante, parentes, amigos, conhecidos ou parceiros de negócios.

b) Extorsão ou Solicitação: é a exigência de um suborno, seja ou não acoplado a uma ameaça se a exigência é recusada. Cada parte se oporá a qualquer tentativa de extorsão ou solicitação e é encorajada a reportar tais tentativas através dos meios formais ou informais de comunicação, a menos que tal relatório seja considerado contraproducente dadas as circunstâncias.

c) Tráfico de Influências: é o ato de oferecer ou solicitar uma vantagem indevida por meio do exercício de influência imprópria, real ou suposta com o objetivo de obter uma vantagem indevida para si ou para qualquer outra pessoa.

d) Lavagem dos proventos das práticas corruptas acima mencionadas: é a ocultação ou disfarce da origem ilícita, da fonte, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, sendo que tal propriedade é produto de crime. Em respeito aos terceiros, sujeitos ao controle ou influência determinante de uma Parte, incluindo, mas não limitado aos fiscais do Contrato, agentes, consultores de desenvolvimento de negócios, representantes de vendas, agentes aduaneiros, consultores gerais, revendedores, subcontratadas, franqueados, advogados, contadores ou intermediários similares, atuando a favor da Parte no que diz respeito ao marketing ou vendas, a



negociação dos contratos, a obtenção de licenças, permissões ou outras autorizações, ou qualquer ação que beneficie a parte ou os subcontratadas, as Partes se comprometem a instruí-los a:

- i. não participar ou tolerar qualquer ato de corrupção;
- ii. não usar suas posições para a condução de práticas de corrupção; contratá-los apenas na extensão necessária para a condução regular dos negócios das Partes;
- iii. não pagar mais do que a remuneração adequada ao legítimo serviço.

10.5. O descumprimento dos deveres estipulados nos itens antecedentes ensejará a abertura de procedimento administrativo contraditório para apurar a conduta da Parte que violar o referido dispositivo. Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nestas cláusulas, a Parte poderá notificar a outra Parte e exigir que essa Parte tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável. Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa provando que quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

10.6. Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente às providências descritas no item acima, suspender o contrato ou encerrá-lo, considerando que todo o montante contratualmente até a suspensão ou término do Contrato continuarão devidos, na medida do permitido pela lei aplicável.

10.7. Além do disposto acima, após a apuração dos fatos pela CEGÁS, o resultado será publicado no Diário Oficial, dando-se ciência ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado e à PGE para eventuais medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO TERMO

11.1. A inexecução total ou parcial deste Termo pela ENTIDADE BENEFICIÁRIA ensejará sua rescisão pela CEGÁS, com as consequências previstas neste Termo e na legislação que rege a Administração Pública e seus contratos.

11.2. Considera-se em mora a ENTIDADE BENEFICIÁRIA pelo simples descumprimento das obrigações assumidas neste Termo, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

11.3. Constituem motivo para a rescisão do termo:

- I – O não cumprimento de suas cláusulas especificações, projetos ou prazos;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- V – A instauração de insolvência civil;
- VI – A dissolução da sociedade ou o falecimento do representante legal do(a) ENTIDADE BENEFICIÁRIA;
- VII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da ENTIDADE BENEFICIÁRIA, que prejudique a execução deste termo;
- VIII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CEGÁS e exaradas no processo administrativo a que se refere este termo;
- IX – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes do termo, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna



ou guerra, assegurado a ENTIDADE BENEFICIÁRIA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X – A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI – Descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.4. A rescisão deste termo poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a VIII e XI do subitem anterior;

II – Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEGÁS;

III – Judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o foro da comarca de Fortaleza - CE, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

Fortaleza-CE, 11 de dezembro de 2023 | 12:05 BRT

DocuSigned by:
Miguel Antonio Cedraz Nery
37C8B121D5D64F5
MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY
Diretor-Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
Leandro Petsold dos Santos Araújo
8E5C9CE948FF4E3
LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

DocuSigned by:
Paula Maria Ferreira de Sousa
32B019C2FA7A49F
NADIA MARIA FERREIRA DE SOUSA
Diretora-Presidente
Mercúrio – Gestão, Produção e Ações Colaborativas

TESTEMUNHAS:

DocuSigned by:
Paulo Sergio Souto Mota
4EFC78B0000E431
PAULO SERGIO SOUTO MOTA
NOME: PAULO SERGIO SOUTO MOTA
CPF: 35985380300

DocuSigned by:
Danielle Silva França
4ECP4EEG724F3
DANIELLE SILVA FRANÇA
NOME: Danielle Silva França
CPF: 632.273.983-20

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 0109756BD077451B825430CE9DF6FE01

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: TD_020_2023_MERCÚRIO PRODUÇÕES_BARULHINHO DELAS_13811.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 7

Assinaturas: 5

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 6

Rubrica: 25

Eric Figueiredo

Assinatura guiada: Ativado

Rua Santo Antonio no 17, Sala F

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Eusebio, CE 61760-000

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

eric.figueiredo@cegas.com.br

Endereço IP: 187.120.48.242

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Eric Figueiredo

Local: DocuSign

08/12/2023 09:57:33

eric.figueiredo@cegas.com.br

Eventos do signatário

Eduardo Marzagão

jose.marzagao@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura**Registro de hora e data**

Enviado: 08/12/2023 10:10:09

Visualizado: 08/12/2023 10:54:29

Assinado: 08/12/2023 10:54:43

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/12/2023 10:54:29

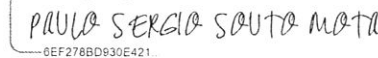
ID: 906d6108-333f-4dde-ba04-46f205db6354

PAULO SERGIO SOUTO MOTA

paulo.mota@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



Enviado: 08/12/2023 10:54:46

Visualizado: 08/12/2023 16:31:55

Assinado: 08/12/2023 16:32:39

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/12/2021 10:26:59

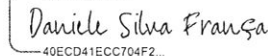
ID: f44e4ce2-700d-4e38-b31c-b5c356cea60c

Daniele Silva França

daniele.franca@cegas.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



Enviado: 08/12/2023 13:32:43

Visualizado: 08/12/2023 16:33:19

Assinado: 08/12/2023 16:33:46

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.120.48.242

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/12/2023 16:33:19

ID: de6c45cb-c931-46b1-93bf-0ab7b10dda8b

Nádia Maria Ferreira de Sousa

mercurio@mercurioproducao.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:



Enviado: 08/12/2023 13:33:51

Visualizado: 08/12/2023 16:35:16

Assinado: 08/12/2023 16:36:45

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 191.190.101.118

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 08/12/2023 16:35:16

ID: 2924ce55-a033-4c8c-b4f5-b09eb6410948

leandro.araujo@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Leandro Petzold dos Santos Araújo
Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 187.120.48.242

Visualizado: 11/12/2023 10:06:43
Assinado: 11/12/2023 10:07:01

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 11/12/2023 10:06:43
ID: 6f3d8b1b-e2f3-4717-b686-026dccb9a92d

Miguel Antonio Cedraz Nery
miguel.nery@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

DocuSigned by:
Miguel Antonio Cedraz Nery
Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 189.50.90.218

Enviado: 11/12/2023 10:07:05
Visualizado: 11/12/2023 12:05:00
Assinado: 11/12/2023 12:05:16

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Aceito: 09/03/2023 09:01:43
ID: 9199bd65-e1ef-4aa5-8876-8050619aad09

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Rayanne Lima de Freitas
rayanne.limaetorres@cegas.com.br
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Copiado

Enviado: 11/12/2023 12:05:22

Maria Elizabeth Ferreira Wanderley
elizabeth.wanderley@cegas.com.br
Técnica de Processos Organizacionais
CEGÁS
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Copiado

Enviado: 11/12/2023 12:05:23
Visualizado: 11/12/2023 14:35:16

Tony Inacio Cardoso
tony.cardoso@cegas.com.br
coordenador Gelcs
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através do DocuSign

Copiado

Enviado: 11/12/2023 12:05:25

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Entrega certificada	Segurança verificada	11/12/2023 12:05:00
Assinatura concluída	Segurança verificada	11/12/2023 12:05:16
Concluído	Segurança verificada	11/12/2023 12:05:25

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, HCTIS OBO CEGAS - ISV (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically